



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA nº 22/2026

Ata da 22ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público (Fonasm-MP), realizada em 24/08/2026.

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 10h30, realizou-se, de forma híbrida, a 22ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público, no âmbito da Comissão da Saúde (CS) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), sob a coordenação do Membro Colaborador da Comissão da Saúde, Dr. Jairo Bisol. **1. Abertura dos trabalhos.** O Coordenador declarou aberta a reunião, saudando os participantes e destacando a importância do momento vivenciado pelo Fórum. Assinalou que, após quase dois anos de intenso trabalho dos comitês temáticos, responsáveis pela elaboração de protocolos, cursos, orientações técnicas, manuais e demais instrumentos voltados à implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde Mental, o Fórum ingressa em uma nova etapa, voltada à efetiva implantação das ferramentas desenvolvidas nas unidades ministeriais. Ressaltou que o desafio atual consiste em transformar os instrumentos produzidos em ações concretas de promoção, prevenção e cuidado em saúde mental, incentivando os Ministérios Públicos a compartilharem experiências, dificuldades e boas práticas relacionadas à implementação da política. O Coordenador apresentou panorama preliminar da implementação das ferramentas desenvolvidas pelo Fórum, registrando que parte das unidades ainda enfrenta dificuldades para consolidar o funcionamento regular das Comissões de Prevenção à Situação de Risco à Saúde Mental, implantar ambientes de acolhimento e escuta qualificada e promover diagnósticos institucionais periódicos. Destacou a relevância estratégica dessas iniciativas para o fortalecimento da política nacional e reforçou a necessidade de cooperação entre as unidades ministeriais. Também informou que o instrumento nacional de avaliação de riscos psicossociais encontra-se em fase final de desenvolvimento e testes, sendo inspirado no Questionário de Copenhagen (COPSOQ). Destacou a expectativa de apresentação da versão definitiva durante o Encontro Nacional previsto para novembro de 2026, bem como a proposta preliminar de realização de um diagnóstico nacional simultâneo em março de 2027, cujos resultados subsidiariam a elaboração de um plano nacional de atuação em saúde mental, a ser implementado nacionalmente a partir de setembro de 2027. **2. Informes da Comissão da Saúde.** O Coordenador Administrativo, Roberto Itajahy Lopes, informou que o Encontro Nacional do Fórum está preliminarmente previsto para 11 de novembro de 2026, em Brasília, com confirmação a ser divulgada posteriormente. Comunicou também que a cerimônia do Prêmio CNMP ocorrerá na mesma data e que quatro iniciativas relacionadas à saúde mental concorrem na categoria da Comissão da Saúde. Informou a publicação do boletim institucional referente aos meses de junho e julho e anunciou o lançamento da segunda edição do Manual de Implantação da Resolução CNMP nº 265/2023, que incorporará referências à Resolução CNMP nº 315/2025, além das ferramentas produzidas pelo Fórum. Destacou, ainda, o desenvolvimento do Sistema de Avaliação Psicossocial do Ministério Público,

baseado na metodologia Copenhagen, destinado à realização de diagnósticos institucionais de riscos psicossociais. **3. Fluxo e Protocolo Institucional de Recepção, Acolhimento e Encaminhamento de Casos de Violência.** A Coordenadora do Comitê de Enfrentamento às Violências, Bárbara Garcia, apresentou a proposta de fluxo e protocolo institucional para recepção, acolhimento, encaminhamento e acompanhamento das situações de violência no ambiente de trabalho, elaborada com base nas diretrizes da Resolução CNMP nº 315/2025. Explicou as etapas previstas, abrangendo recepção inicial da demanda, acolhimento especializado, atuação da Comissão de Prevenção e medidas de proteção contra retaliações. Em seguida, o Coordenador Jairo Bisol destacou que, durante o processo de elaboração dos documentos, surgiu relevante preocupação institucional relacionada à interface entre a política de saúde mental e as atribuições das Corregedorias. Ressaltou que o Fórum não poderia avançar na aprovação definitiva dos protocolos sem a construção de entendimento conjunto com os órgãos correicionais, de modo a compatibilizar o acolhimento e a proteção das vítimas com os deveres institucionais de controle disciplinar, preservando a harmonia entre as diferentes funções institucionais. Destacou que o fortalecimento da política de saúde mental exige uma construção coletiva e interinstitucional, especialmente em temas sensíveis relacionados à apuração de condutas e ao tratamento de denúncias. **3.1 Deliberações sobre o Fluxo e o Protocolo.** Após os debates, incluindo manifestação de representantes do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios relatando experiências semelhantes, o Fórum deliberou, por unanimidade, pela suspensão temporária da apreciação final dos documentos e pela realização de diálogo institucional com o Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público (CNCG), com o objetivo de construir conjuntamente solução institucional sobre o tema. Ficou aprovado o encaminhamento de solicitação formal de agenda ao colegiado de corregedores para apresentação e discussão da proposta. **4. “Diálogos em Saúde Mental” – Experiência do Ministério Público do Estado de São Paulo.** O Coordenador Técnico da Área da Saúde Mental do MPSP, Welison Matheus Fontes da Silva, apresentou a experiência da instituição na identificação e avaliação de riscos psicossociais relacionados ao trabalho. Destacou a estruturação de ações no campo da saúde do trabalhador, a aplicação da metodologia Copenhagen, a realização de entrevistas individuais e a utilização da Análise Coletiva do Trabalho como instrumento complementar para compreensão das condições de trabalho e formulação de intervenções institucionais. Ressaltou a importância da participação dos trabalhadores, do apoio da administração superior e da atuação multidisciplinar para o fortalecimento da Política Nacional de Atenção à Saúde Mental. **5. Informes gerais.** O Coordenador informou que será encaminhada solicitação às Comissões de Prevenção para o envio das ações planejadas para o Setembro Amarelo de 2026, com o objetivo de organizar e divulgar as iniciativas no repositório nacional do Fórum. Também reiterou o convite para que outras unidades ministeriais apresentem experiências de implementação das ferramentas desenvolvidas pelo Fonasm-MP. **6. Próxima reunião.** Ficou registrada a realização da próxima reunião ordinária do Fórum em 26 de outubro de 2026, às 10h30. Em seguida, declarou encerrada a reunião às 12h40, consignando que os encaminhamentos aprovados serão conduzidos pela Comissão da Saúde, pelos comitês temáticos e pelos grupos de trabalho do Fórum, tendo sido lavrada a presente ata.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Itajahy Lopes**,
Coordenador Administrativo, em 24/08/2026, às 15:35, conforme § 3º do art.
4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVENBRO DE 2020, e Portaria CNMP-
PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código
verificador **1365088** e o código CRC **D60756DE**.
